

O Empresariamento da Educação pública: privatização, plataformização e gestão de resultados

Adriana Medeiros Farias

Universidade Estadual de Londrina – adrianafarias@uel.br

O fenômeno do Empresariamento da educação pública tem sido objeto dos estudos no campo da política educacional sob matrizes teóricas marxistas e gramscianas e fundamentadas no método de Marx, no interior do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH) da Universidade Estadual de Londrina. A produção científica nesse campo é uma tarefa desafiadora, sobretudo, quando se pretende interpretar a realidade em sua totalidade, articulada e estruturada. O Empresariamento é um dos complexos da realidade educacional brasileira em seu movimento dinâmico e nas muitas determinações do real, em suas dimensões econômica, política, social e cultural, no plano das estruturas e das superestruturas, analisado no contexto das lutas de classes, como propõe Gramsci.

É nesse contexto, na atualidade do século XXI marcado pelo conservadorismo, que se estuda as ações políticas do Estado, conformadas nas teses do capital-imperialismo cunhadas por Fontes (2010), para compreender os processos de constituição da hegemonia da classe dominante, caracterizando e extraíndo o *modus operandi* das classes burguesas e das frações de classes empresariais para conformar e expandir a sociabilidade capitalista.

A pesquisa intitulada “Políticas educacionais e as formas de Empresariamento da educação pública escolar”, tem se aprofundado no estudo crítico dos mais variados projetos, programas e ações políticas do governo do estado do Paraná que visam moldar a educação pública ao mercado educacional, sob a orientação tecnicista da gestão de resultados e das ideias, concepções e valores produzidos nos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs), terminologia oriunda do constructo teórico gramsciano e ampliada pelos estudos de Fontes (2010).

Para melhor compreender o movimento histórico das contrarreformas educacionais em curso no país e no estado do Paraná, concentraremos a análise nas frentes móveis de ação empresariais, categoria analítica derivada dos estudos de Dreifuss (1987) e apropriada por Farias (2022). As referidas frentes móveis reúnem as forças econômicas

e políticas dos conglomerados empresariais e de suas organizações sociais visando ampliar a sua capacidade organizativa para influenciar as pautas educacionais - algumas delas já em processo de implementação - e disputar os fundos públicos.

As políticas educacionais no estado do Paraná, desde a década de 1990, geridas nas administrações de governos de matrizes conservadora e liberal - ainda que guardadas as particularidades entre os governos, sobretudo, o período de 2003-2010 cuja administração atendeu parte das reivindicações dos trabalhadores da educação - pavimentaram as condições superestruturais do Estado restrito para que o Empresariamento da educação pública se aprofundasse em todos os setores das políticas sociais, quais sejam: educação, cultura, transporte, saúde e assistência social. Todavia, “Um dos alvos prioritários da ofensiva burguesa é justamente a educação. Grandes conglomerados financeiros avançam nas formas de empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização e financeirização dos sistemas educacionais” (Motta; Evangelista; Castelo, 2021, p.2).

Do conjunto de ações políticas que se aprofundaram no estado do Paraná, em consonância com as políticas macroeconômicas nacionais e transnacionais, podemos destacar o alinhamento do Estado às orientações dos APHs Internacionais e seus financiadores; o aprofundamento da gestão gerencialista de resultados em todos os níveis e instâncias de poder; a ampliação das políticas de terceirização e privatização dos serviços públicos; a contratação de organizações sociais empresariais e a introdução de seus prepostos diretamente na gestão pública; o controle e o cerceamento dos servidores públicos por meio da plataformização dos serviços e processos educativos; a manutenção das agendas conservadoras, com foco na expansão da militarização das escolas públicas e no conteúdo do movimento escola sem partido.

Dos aspectos apresentados, as políticas educacionais são estudadas sob a perspectiva da grande política, como afirma Gramsci em seus escritos nos Cadernos, no esforço teórico de abstração para compreender a capacidade de organização das classes dirigentes historicamente formadas no estado do Paraná, com vistas à expansão da própria classe, assim como a ampliação seletiva do Estado (Gramsci, 2001). A participação direta dos prepostos empresariais e dos intelectuais orgânicos formados e selecionados pelos Conglomerados empresariais para dirigir os aparelhos do Estado têm materializado o

projeto estratégico da burguesia (industrial, financeira, bancária, agrária, comercial), por meio de táticas orgânicas, capilarizadas e perenes.

A hegemonia das classes dirigentes, produzidas nos últimos tempos, tem assegurado a aprovação das políticas educacionais empresariais nos aparelhos legislativos do Estado revestindo-as de legalidade, o que se passou, por exemplo, com o Programa Educa Juntos e o Programa Parceiro da Escola; ambos deixaram, respectivamente, a condição de adesão voluntária dos municípios e de experimento em algumas escolas para alcançarem escala territorial, validado para todas as escolas, ainda que para isso o governo tenha se valido da coerção.

O Programa Educa Juntos, sustentado nos argumentos do regime de colaboração para ampliação da hegemonia e dos negócios educacionais, a partir da Lei nº 21.323/2022 se impôs aos 399 municípios do estado, sendo, portanto, um dos programas de maior alcance na padronização curricular, na formação docente e na disseminação e uso de materiais e plataformas educacionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) (Sotelo, Soligo e Pasini, 2024).

O Programa Parceiro da Escola, por sua vez, é hoje parte das políticas de privatização do governo do estado do Paraná, juntamente com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e a Companhia Paranaense de Energia (Copel), dentre outras, que se aprofundaram em vários setores do serviço público (alimentação, transporte, segurança, para citar alguns deles). O Programa é um dos maiores projetos de privatização da gestão pública das escolas das redes estaduais de ensino, implementado em meio às batalhas jurídico-política e político-organizativa a despeito das conquistas legais constitucionais da gestão democrática inscritas na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

A plataformização da educação, assim como os demais programas, é, pois, parte do fenômeno do Empresariamento, compreendida na pesquisa como tática pelo qual se garante a adesão dos trabalhadores e trabalhadoras da educação às políticas empresariais. A adesão ao projeto educacional empresarial sempre foi acompanhada da coerção, da força, do controle dos corpos e das mentes. Os novos modelos de negócios do capital viabilizam também a entrada dos empresários no mercado educacional e as plataformas na educação têm sido um importante instrumento a serviço do capital.

Considerações finais

As formas de Empresariamento da educação pública, quando analisadas em seus aspectos relacionais, expõem as suas particularidades de época, o *modus operandi* das classes economicamente dominantes, as disputas por projetos societários inconciliáveis e as disputas pelo poder político, feitas abertamente pelos empresários, para manter a sociabilidade do capital e ampliar as formas de superexploração sob bases conservadoras. A análise do duplo conglomerado: conglomerados empresariais e conglomerados de APHEs, na função de formuladores, financiadores e executores do plano estratégico da burguesia para ampliar a extração de mais valor, nos desafia a pensar as muitas determinações entre as políticas de privatização, plataformização e a gestão das políticas educacionais de concepção empresarial, gerencialista com foco nos resultados que interessam ao capital conduzidos pelos seus intelectuais orgânicos e por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia organizados nas frentes móveis de ação.

Referências

- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- FARIAS, Adriana Medeiros. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.20670.002>.
- FARIAS, Adriana Medeiros. Estado Ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-24, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532>.
- ORTIS DA FONSECA, Marylia Gabriela; IVANSKI RUPPEL, Jussara de Fátima;
- LIMA, Michelle Fernandes. A privatização da educação paranaense: projeto Parceiro da Escola. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/jpe.v17i2.93643.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOTTA, Vânia; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.1-8, abr. 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.44475>.

SOTELO, M. L. L., SOLIGO, V., & PASINI, J. S.. Programa Educa Juntos: Uma análise da política de educação em regime de colaboração no estado do Paraná.

Cadernos Cajuína, 9(1), e249139, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.52641/cadcajv9i1.180>.